

INCLUSÃO ESCOLAR REFERENTE A DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO: REVISÃO LITERÁRIA

LITERATURE REVIEW: SCHOOL INCLUSION IN EDUCATION OF HANDICAPPED AND COGNITIVE IMPAIRED

REVISIÓN DE LITERATURA: INCLUSIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD Y DETERIORO COGNITIVO

João Vitor Paes Fernandes¹

Resumo

Este trabalho analisa as diferenças entre os níveis de participação e ajuda em tarefas comportamentais físicas e cognitivas de crianças com paralisia cerebral na sala regular e sala especial, e a relação entre assistência prestada e adaptação, bem como a relação entre participação e desempenho de tarefas físicas e cognitivas comportamentais e a relação entre assistência e adaptação. Tal problemática consiste em analisar diversos níveis de participação e de desempenho nas atividades de crianças com paralisia cerebral e deficiência motora que frequentam escolas regulares. Utiliza-se diferentes estratégias metodológicas e pedagógicas com apoio de tecnologias educacionais para a melhoria da aprendizagem, suprimindo as necessidades diárias. As habilidades cognitivas ainda não foram desenvolvidas ou são difíceis de desenvolver, sendo relacionadas com as escolas inclusivas, onde se deve investir e usar suas próprias ferramentas de ensino, adequando para a realidade daquele momento, suprimindo as necessidades específicas. Nesse contexto, entende-se que há soluções educacionais específicas configuradas para todos os alunos de acordo com suas necessidades, potencial e dificuldade de cada um.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão Escolar; Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

This study analyzes the differences in levels of participation and assistance in physical and cognitive behavioral tasks among children with cerebral palsy in regular and special classrooms, as well as the relationship between provided assistance and adaptation. It also examines the relationship between participation and performance in physical and cognitive behavioral tasks, as well as the correlation between assistance and adaptation. The focus is on assessing various levels of participation and performance in activities for children with cerebral palsy and motor disabilities attending regular schools. Different methodological and pedagogical strategies are employed, supported by educational technologies, to enhance learning and meet daily needs. Cognitive skills may not have fully developed or may be challenging to develop, particularly in relation to inclusive schools. These schools require investment and the use of tailored teaching tools, adjusted to the current reality to address specific needs. In this context, it is understood that there are specific educational solutions tailored to each student's needs, potential, and challenges.

Keywords: Special Education; School Inclusion; Specialized Educational Assistance.

Resumen

Este estudio analiza las diferencias en los niveles de participación y ayuda en tareas comportamentales físicas y cognitivas de niños con parálisis cerebral en aulas regulares y aulas especiales, así como la relación entre la asistencia proporcionada y la adaptación. También se examina la relación entre la participación y el rendimiento en tareas comportamentales físicas y cognitivas, así como la correlación entre la asistencia y la adaptación. El enfoque se centra en evaluar diversos niveles de participación y rendimiento en actividades para niños con parálisis cerebral y discapacidades motoras que asisten a escuelas regulares. Se utilizan diferentes estrategias metodológicas y pedagógicas, respaldadas por tecnologías educativas, para mejorar el aprendizaje y satisfacer las necesidades diarias. Las habilidades cognitivas pueden no haberse desarrollado por completo o ser difíciles de desarrollar,

¹ Licenciando em Educação Especial, Centro Universitário Internacional, Licenciando em Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Cornélio Procópio, PR, Brazil. e-mail: jp.utfpr2019@gmail.com

especialmente en relación con las escuelas inclusivas. Estas escuelas requieren inversión y el uso de herramientas de enseñanza personalizadas, ajustadas a la realidad actual para abordar necesidades específicas. En este contexto, se entiende que existen soluciones educativas específicas adaptadas a las necesidades, potencial y desafíos de cada estudiante.

Palabras clave: Educación Especial; Inclusión Escolar; Asistencia Educativa Especializada.

1 Introdução

A escola desempenha um papel importante no desenvolvimento das crianças, sendo o primeiro ambiente fora do ambiente familiar, acolhendo as crianças e colocando-as no campo das relações sociais. A primeira experiência no ambiente escolar é essencial para a construção da relação do indivíduo com os outros, incluindo a forma como este se coloca no mundo e como encara o conhecimento e o comportamento criativo. Nesse sentido, escolas e outras instituições de ensino surgem como um espaço onde os indivíduos se organizam para exercer papéis sociais.

Para crianças com deficiência, o acesso à educação escolar é uma conquista recente e, até pouco tempo atrás, uma parcela diminuta dessa população tinha a oportunidade de frequentar salas de aula regulares. Geralmente, essa oportunidade estava restrita a escolas de ensino especializado ou a turmas separadas, o que destaca a conexão entre deficiência e educação especial. Nesse contexto, as próprias limitações da deficiência determinavam a necessidade e a viabilidade desse tipo de cuidado especializado.

Após a publicação da Declaração de Salamanca, em 1994, a proposta de inclusão escolar passou a ser um direito das crianças com deficiência (Gomes; Barbosa, 2006). No Brasil, o direito das pessoas com deficiência a receber assistência educacional foi estabelecido em 1996, preferencialmente na rede formal de ensino (Brasil, 1996). Nesse contexto, cada vez mais alunos com deficiência foram incluídos na educação formal (Schenker; Coster; Parush, 2005). O professor de educação especial, portanto, apresenta um papel fundamental, ao ser o analisador das condições da deficiência de cada aluno observando como interferir de maneira benéfica para cada indivíduo. Esses professores, que Koziuff *et al.* (2000) chamam de intuitivista, dispõem de seus interesses voltados primariamente no comportamento do aluno, de acordo com sua relação direta com o aprendizado. Para Koziuff *et al.* (2001, p. 57) “Aprender é uma mudança de comportamento (Sentimento, Pensamento, Ação) que é resultado da interação com o ambiente”.

Tendo em vista que aprender demanda da capacidade cognitiva exposta ao meio propício para o aprendizado, como professores de educação especial, existe uma necessidade de reconhecer as limitações e capacidades individuais de cada aluno, conseguindo, então, proporcionar com base no ambiente disponível a melhor experiência de ensino possível dentro

da realidade aplicada, ao passo que, dentro de suas limitações, esse indivíduo possa usufruir de seus entendimentos e aprendizados proporcionando, no futuro, uma melhor qualidade de vida e inserção na comunidade.

2 Metodologia e revisão bibliográfica

Foram realizadas buscas no sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em periódicos como a Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Educação Especial e a Revista da Faculdade de Educação da USP; e nos pesquisadores Lilacs, Medline, Scielo, OTseeker, PEDRO, Ebscohost (Cinahl), British Education Index, através do sistema de pesquisa Google Acadêmico. Para seleção dos artigos utilizados, foram seguidos alguns critérios de leitura e análise, sendo assim, os seguintes critérios de inclusão foram: artigos com participação escolar, publicados no período de 2000 a 2021 cuja amostra contemplasse crianças/adolescentes de seis a 20 anos, com deficiência física, deficiência intelectual matriculados no ensino regular para realização da revisão bibliográfica.

O objetivo principal da revisão bibliográfica foi reunir informações sobre as salas de ensino regular e salas de aula especiais. O propósito subjacente foi compreender a evolução do ensino para estudantes com disfunções cognitivas, com ênfase em mapear os progressos já alcançados. O intuito era viabilizar a inclusão no ensino e proporcionar melhores oportunidades de transição e integração dos discentes em atividades educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades cognitivas viáveis. Assim, busca-se assegurar uma maior inserção desses indivíduos na sociedade, apesar de suas necessidades especiais, aprimorando a qualidade de vida e suas perspectivas futuras.

Como objetivos secundários, contemplou-se a análise da educação especial no âmbito da educação matemática. Isso permitiria compreender e aplicar seus conceitos, possibilitando a inclusão dos alunos com necessidades especiais tanto em ambientes de sala de aula comum quanto em salas de aula especiais. A abordagem também visa uma melhor condução da adaptação desses alunos ao ensino, assim como à estrutura curricular de matemática designada para cada ano letivo. Além disso, buscou-se analisar a expectativa e a realização do progresso dentro das capacidades cognitivas dos alunos com necessidades especiais.

Por fim, os conhecimentos extraídos dos artigos e das fontes de referência foram integrados com o propósito de promover novos estudos e comparações de metodologias educacionais. O objetivo é avaliar a aplicabilidade desses conceitos e abordagens na realidade brasileira e propor formas mais eficazes de implementá-los.

Pelosi (2002) o conceito de escola inclusiva abrange um ambiente no qual todos os alunos são acolhidos e educados em salas de aula regulares, oferecendo oportunidades adaptadas às suas necessidades e habilidades individuais. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) estabelece que participação implica estar ativamente envolvido em atividades do cotidiano, englobando a autonomia e o controle sobre a própria vida. A literatura atualmente disponível tem focalizado a correlação entre o grau de participação das crianças e seu envolvimento com estrutura e função corporal, bem como os fatores ambientais que possam obstaculizar essa participação (Schenker; Coster; Parush, 2006).

3 A Inclusão Escolar de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – Deficiência Física

A educação especial vive atualmente um momento de revisão epistemológica, que se caracteriza pelo movimento da educação inclusiva. Esse movimento é consequência das mudanças de atitudes sociais ocorridas ao longo da história em relação ao tratamento reservado a pessoas com deficiência. Afinal, não se pode falar de educação especial sem pensar na questão da deficiência.

Não há muita informação disponível sobre como as pessoas com deficiência eram tratadas nas sociedades ocidentais em épocas anteriores. Há um grande silêncio na história oficial quando se trata de abordar a trajetória de sujeitos excluídos da vida política, econômica e social, como aconteceu com as pessoas com deficiência. Entre as informações disponíveis no Brasil, há a obra de Amaral (1997), que apresenta um percurso histórico sobre as representações da deficiência, e a obra de Mazzotta (1993), que retrata sucintamente as atitudes sociais subjacentes ao tratamento reservado às pessoas com deficiência. Amaral conecta as representações da deficiência com concepções bíblicas, filosóficas e científicas presentes em diferentes contextos históricos.

No passado, houve uma tendência para separar e negligenciar indivíduos com deficiência. Na Grécia, pessoas nessa condição eram muitas vezes abandonadas, enfrentando até exposição pública e, em certos casos, resultando em fatalidades. Em Roma, existia uma lei que concedia aos pais o poder de eliminar um recém-nascido deficiente imediatamente após o parto.

4 O aluno com necessidades educacionais especiais - deficiência física e o processo de inclusão escolar

A atual política educacional brasileira, no tocante às diretrizes da educação especial, enfatiza a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula convencionais, com o propósito de eliminar práticas discriminatórias. No entanto, no âmbito da educação básica, tanto na esfera pública quanto privada, a efetivação da educação inclusiva permanece um desafio.

A educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais, como a deficiência física, ainda enfrenta a predominância de um modelo de ensino tradicional, pautado por metodologias padronizadas, objetividade e busca de resultados específicos. Contudo, para adotar uma nova abordagem da educação como um sistema aberto, ancorado nas realidades individuais, é necessário avaliar a viabilidade e levar em conta as aptidões particulares dos estudantes com necessidades especiais. O objetivo é oferecer, mesmo dentro do ambiente escolar convencional, um espaço propício ao crescimento e à formação de indivíduos capacitados e, adicionalmente, comprometidos com a aprimoração do processo de ensino e com oportunidades futuras para as gerações vindouras.

Essa transição exige a presença de um corpo docente devidamente capacitado e habilitado, capaz de identificar as demandas de sua turma e de garantir a compreensão e desenvolvimento individual de cada estudante.

5 Paralisia cerebral

O termo “paralisia cerebral” é utilizado para descrever uma variedade de distúrbios caracterizados por alterações no movimento, resultantes de danos não progressivos ao cérebro em desenvolvimento. O cérebro é responsável pelo controle das funções do corpo, e diferentes regiões cerebrais desempenham papéis específicos, como coordenar os movimentos dos braços e pernas, processar a visão, a audição e a inteligência. A paralisia cerebral ocorre quando uma parte do cérebro sofre lesões.

Essas lesões podem ocorrer durante a gravidez, o parto ou mesmo após o nascimento, enquanto o cérebro da criança ainda está amadurecendo. Importante notar que uma pessoa com paralisia cerebral pode ter um nível de inteligência normal, desde que a lesão não afete as áreas do cérebro responsáveis pelo pensamento e memória. Para simplificar a explicação, podemos considerar a Paralisia Cerebral como uma condição motora resultante de danos cerebrais. Quando se afirma que uma criança tem paralisia cerebral, isso indica a presença de uma deficiência motora proveniente de uma lesão cerebral durante o período de desenvolvimento.

Vale ressaltar que o termo “paralisia cerebral” não implica que o cérebro esteja literalmente paralisado, como o nome poderia sugerir.

6 Classificação

Podemos, então, classificar a paralisia conforme o acometimento dos membros que ocorre desta forma:

- **Monoplegia:** Paralisia de um único membro.
- **Hemiplegia:** Paralisia de um lado do corpo.
- **Diplegia:** Paralisia de partes homólogas nas duas metades do corpo.
- **Triplegia:** Hemiplegia com a paralisia adicional de um membro do lado oposto.
- **Paraplegia:** Paralisia dos membros inferiores.
- **Quadriplegia ou tetraplegia:** Comprometimento dos quatro membros, podendo ser espástica ou flácida.

A fim de considerar especificamente o processo de diagnóstico proposto anteriormente, preparamos um quadro-resumo que listava algumas dificuldades de aprendizagem que os alunos com paralisia cerebral podem ter, com algumas sugestões para ações pedagógicas.

Espástica - Aquisição da linguagem é dificultada nesses casos, tornando a fala do aluno mais rudimentar com omissão de fonemas específicos, podendo apresentar musculatura mais rígida, prejudicando manutenção postural sentado e habilidade escrita.	Realização de atividades que demandem leitura oral podem ser substituídas por leituras silenciosas e interpretação de textos escritos. Existem, também, adaptações mecânicas como tampo na mesa. A troca de lápis por letras e numerais também facilita o manuseio para o aluno.
---	--

<p>Atetóide - O aluno apresenta maiores dificuldades em articulações orofaciais, o que causa prejuízo de estruturação da linguagem de difícil compreensão, apresentando também dificuldade na coordenação de movimentos.</p>	<p>O discente deve ignorar omissões - ex: encontros consonantais - braço/baço. Ao observar a escrita, observa-se o encontro consonantal constituído.</p> <p>Para ajudar com movimentos involuntários dos membros inferiores, pode-se manter o aluno sentado com apoios mecânicos ajudando também na escrita com pesos nas extremidades.</p>
<p>Hemiplégica - O aluno apresenta comprometimento apenas em um lado do corpo devendo ser observada a dominância.</p>	<p>Encoraja-se o estímulo do membro comprometido ao mesmo tempo que o lado sadio estiver escrevendo.</p> <p>Estímulo contralateral - lado não comprometido - para as funções cotidianas e atividades de escrita.</p>

7 Organização dos sistemas para atendimento às necessidades educacionais especiais

Os sistemas educacionais têm a responsabilidade de garantir a inscrição e permanência de todos os alunos, independentemente de possuírem deficiência ou necessidades educacionais especiais. Eles devem se organizar de maneira a oferecer, além da presença regular dos alunos, suporte educacional especializado e direcionado aos que necessitam.

A recusa, suspensão, atraso, cancelamento ou conclusão injustificada da matrícula de um aluno em qualquer instituição de ensino, público ou privado, de qualquer nível ou grau, com base em sua deficiência, é inaceitável. Para atender às diretrizes legais, a política do Ministério da Educação (MEC) é possibilitar a inclusão de todos os alunos nas escolas.

A política de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais na rede de educação continuada não limita o acesso à matrícula e a permanência desses alunos nos mesmos espaços físicos dos demais alunos. Trata-se um desafio para os sistemas educacionais examinar seus modelos e encontrar alternativas educacionais que contribuam para o ensino e a aprendizagem dessas pessoas.

8 Considerações Finais

A inclusão de alunos caracterizados como discentes de educação especial é imprescindível para que se possa garantir uma qualidade de vida posterior para esses indivíduos em meio a uma sociedade que impõe diversos padrões de consumo, vivência e comportamento.

Existe uma necessidade de maiores estudos sobre adequação das metodologias de estudo e mesmo aplicação dos diversos formatos apresentados como as salas regulares e salas especiais para garantir a qualidade e aproveitamento do ensino para com esses alunos.

O discente responsável pela educação especial é o grande proporcionador de mudanças sociais e quebra de estigmas que existem com relação aos alunos com necessidades especiais, sendo o facilitador de sua inserção dentro da sociedade, de maneira que se proporcione um ambiente saudável para seu crescimento e desenvolvimento de suas habilidades individuais. Para isso, o profissional como catalisador do processo deve ser o responsável por reconhecer as necessidades de cada aluno, capacitando seu entendimento de habilidades e conhecimento por meio de objetivos de ensino claros, ensino de conceitos, princípios e estratégias e operações apresentadas de forma sistemática.

Temos um grande caminho a trilhar para proporcionar qualidade e igualdade de ensino para todos os discentes, preparando, também, os docentes por meio de capacitações e usufruindo de profissionais que tenham sua licenciatura em educação especial para poder amparar esses alunos nos diversos âmbitos, oportunizando uma assistência integralizada dentro das escolas e mesmo com os familiares desses educandos.

Por meio desta revisão bibliográfica, pode-se concluir que, para que o aluno com deficiência, em especial, a paralisia cerebral, possa usufruir de todos os ensinamentos dispostos pela escola, devemos proporcionar, dentro das limitações regionais e nacionais, discentes capacitados e interessados em garantir o melhor desenvolvimento individual de cada aluno, por meio de estudos, aplicação de metodologias não estritas, que possibilitem flexibilidade na abordagem do conteúdo, tendo com alicerce um acompanhamento multidisciplinar do aluno e da família para proporcionar a melhor qualidade de desenvolvimento possível. Para isso, devemos continuar pesquisando maneiras de adaptar a grade curricular e formas de exercitar as áreas cognitivas não afetadas do escolar.

Devemos lembrar, também, do quão imprescindível é que as instituições de ensino estejam dispostas e tenham acesso aos recursos necessários para atender às necessidades desses alunos dentro do ambiente escolar, sempre incentivando sua inserção e criando as condições necessárias para que consiga usufruir em sua totalidade do que lhe for oferecido. Com esses objetivos em mente, podemos garantir uma oportunidade de ensino mais condizente com a realidade de cada aluno e incluindo a diversidade dos tipos de inteligência e compreensão de temas, e diversificando a formação dos alunos e sua compreensão sobre a importância da escola e de um bom preparo durante toda a infância.

Encorajo, por fim, maiores pesquisas que consigam comparar o desenvolvimento e desempenho dos alunos com necessidades especiais de forma que se possa observar dentro de um grupo de necessidades, qual a melhor maneira de garantir a qualidade de ensino e posterior qualidade de vida para esses alunos no futuro e novas maneiras de inserir o ensino e diversificar o ensino tradicional, como já podemos ver nas instituições de ensino superior que aplicam metodologias ativas e conceitos avaliativos não atrelados à formação de conteúdo programático, mas a sua interpretação e aplicação individual.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. Histórias da Exclusão: e de Inclusão? – na escola pública. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. **Educação Especial em debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Regional de Psicologia, 1997, p. 23-34.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008a**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 02 nov. 2017.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. A inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 12, n. 1, p. 85-100, 2006.

Koziuff, M. A., LaNunziata, L., Cowardin, J., & Bessellieu, F. B. Direct instruction: Its contributions to high school achievement. **The High School Journal**, v. 84, n. 2, p. 54-71, 2000.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

PELOSI, M. B. As contribuições da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de uma criança com disfunção neuromotora. *In*: MACEDO, E. C.; GONÇALVES, M. J.; CAPOVILLA, F. C.; SENNYEY, A. L. **Tecnologia em (Re)habilitação cognitiva 2002**: um novo olhar para avaliação e intervenção. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2002. p. 303-312.

SCHENKER, R., COSTER, W.; PARUSH, S. Participation and Activity Performance of Students with Cerebral Palsy within the School Environment. **Disability Rehabilitation**, 27, p. 539-552, 2005.

SCHENKER, R.; COSTER, W. J.; PARUSH, S. Personal assistance, adaptations and participation in students with cerebral palsy mainstreamed in elementary schools. **Disabil. Rehabil.**, v. 28, n. 17, p. 1061-1069, 2006.